

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

CAMPUS LITORAL NORTE - CLN

DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA EaD

DANIELA SARATE SOARES

**DIFERENTES OLHARES SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA AS
CRIANÇAS NEGRAS NO ESPAÇO ESCOLAR: Um Estudo Sobre Um Município
do Litoral Norte - RS**

Tramandaí

2022

DANIELA SARATE SOARES

**DIFERENTES OLHARES SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA AS
CRIANÇAS NEGRAS NO ESPAÇO ESCOLAR: Um Estudo Sobre Um Município
do Litoral Norte - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para a
obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte.

Orientadora: Prof^a Dra Elisete Enir Bernardi Garcia.

Coorientador Dr. Paulo Sergio da Silva

Tramandaí

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Soares , Daniela Sarate
DIFERENTES OLHARES SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA
AS CRIANÇAS NEGRAS NO ESPAÇO ESCOLAR: Um Estudo Sobre
Um Município do Litoral Norte - RS / Daniela Sarate
Soares . -- 2022.

50 f.

Orientadora: Elisete Enir Bernardi Garcia.

Coorientadora: Paulo Sérgio da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus
Litoral Norte, Licenciatura em Pedagogia, Tramandaí,
BR-RS, 2022.

1. Educação das Relações Étnico-Raciais . 2.
Currículo antirracista . 3. Ações afirmativas nos anos
iniciais . I. Enir Bernardi Garcia, Elisete, orient.
II. da Silva, Paulo Sérgio, coorient. III. Título.

DANIELA SARATE SOARES

**DIFERENTES OLHARES SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA AS
CRIANÇAS NEGRAS NO ESPAÇO ESCOLAR: Um Estudo Sobre Um Município
do Litoral Norte - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para a
obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte.

Orientadora: Prof^a Dra Elisete Enir Bernardi Garcia.

Coorientador: Dr. Paulo Sergio da Silva

Data de aprovação: (23 de janeiro de 2023)

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elisete Enir Bernardi Garcia (Orientadora)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Dilmar Luiz Lopes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. (Mestrando) Adiel Philipe Leão da Silva (Membro Externo)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a todos os Orixás, principalmente ao meu pai Oxalá pela minha saúde, minha vitalidade, meu dia a dia e persistência. Agradeço também a minha mãe Magda Susana Flores Sarate (in memoriam) por me trazer ao mundo, como também gratidão a toda a minha família, minha madrinha Verimar Cristina Soares, minha tia Viviane Soares de Alves, pelo amor, carinho, dedicação e ensinamentos na minha criação. Iyá Vera Soares (minha avó), obrigada pelo auxílio na escolha do tema deste trabalho. Vera Beatriz Soares (minha filha) por me tornar mãe e através de seu nascimento desenvolver o interesse sobre a educação. Amo vocês.

Gratidão aos professores deste curso, principalmente a Professora Elisete e professor Paulo pela orientação, ensinamentos e motivações. As minhas amigas Jéssica Monteiro e Mariana Fagundes que foram de suma importância para trilhar esse caminho da Universidade e que estimulam a reflexão sobre questões sociais.

Por fim, agradeço todos os desafios vencidos no decorrer da graduação, que edificaram-me, agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul por me transformar como pessoa e cidadã e agradeço diariamente por fazer parte de um campo da sociedade tão importante e nobre, que é a educação.

RESUMO

Este trabalho investigou a existência de políticas públicas afirmativas na rede municipal, em escolas de Ensino Fundamental - Anos Iniciais de Capão da Canoa, Litoral Norte – RS, e analisou a necessidade dessas políticas. A pesquisa foi realizada de forma qualitativa, utilizando-se de entrevistas com perguntas semiestruturadas e de análise de documentos. Como resultado, houve uma identificação da necessidade da implementação de políticas afirmativas para as crianças no espaço escolar, para que, desde cedo, no caso de crianças negras, essas desenvolvam a identidade negra, além do sentimento de pertencimento a uma cultura e história africana que foi agredida, apagada e desvalorizada. E, no caso de crianças não negras, para que o conhecimento e a aprendizagem se tornem ferramentas para formar pessoas antirracistas. Com essas políticas em curso, os futuros cidadãos poderão compor uma sociedade mais igualitária. Nesse sentido, houve, por parte da pesquisa, o reconhecimento de que existe uma preparação dos profissionais para abordagem desse tema, só que ela ocorre de uma forma vagarosa, ainda com oscilações, o que, porém, faz parte do processo. A identificação e divulgação das informações de ações que promovam a igualdade racial para a comunidade escolar como um todo também se faz necessária para que a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) contribua no combate ao racismo.

Palavras chave: Políticas afirmativas; ERER; Ensino Fundamental; Anos Iniciais; Currículo antirracista

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Formação de Professores: Diálogos Multiculturais.....	31
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro síntese	10
Quadro 2 - Trabalhos selecionados na pesquisa referente a temática	25

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEB	Câmara de Educação Básica
CLN	Campus Litoral Norte
CNE	Conselho Nacional de Educação
CP	Conselho Pleno
EAD	Ensino a Distância
EF	Ensino Fundamental
ERER	Educação das Relações Étnico Raciais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e outros grupos e variações.
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNU	Movimento Negro Unificado
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	Projeto Político Pedagógico
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SECAD	Secretaria Nacional do Cadastro Único
SEPPIR	Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial
SME	Secretaria Municipal de Educação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 JUSTIFICATIVA.....	11
1.2 OBJETIVO GERAL	12
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
1.4 PROBLEMA DA PESQUISA	13
2 POLÍTICAS AFIRMATIVAS.....	14
2.1 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS	14
2.2 LUTA DO POVO NEGRO	15
3 PAPEL SOCIAL DA ESCOLA.....	19
3.1 O ESPAÇO DA ESCOLA NO CONTEXTO SOCIAL DAS CRIANÇAS.....	19
3.2 O CURRÍCULO DE INCLUSÃO RACIAL	21
4 REVISÃO DE LITERATURA DE PESQUISAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSOS.....	25
5 METODOLOGIA.....	27
5.1 INTERLOCUTORAS DA PESQUISA.....	27
5.2 SOBRE O MUNICÍPIO PESQUISADO	28
6 A PESQUISA: O Que nos Dizem as Interlocutoras?	30
6 CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICE A – QUADRO COM OS TRABALHOS ENCONTRADOS NO REPOSITÓRIO LUME-UFRGS.....	42
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO	45
APÊNDICE C – RESPOSTAS DAS INTERLOCUTORAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

Antes de iniciar o texto desta introdução, será apresentado o quadro-síntese da pesquisa.

Quadro 1 - Quadro síntese

Título	DIFERENTES OLHARES SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA AS CRIANÇAS NEGRAS NO ESPAÇO ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE UM MUNICÍPIO DO LITORAL NORTE - RS
Questão de pesquisa	Existem ações afirmativas nos anos iniciais do Ensino Fundamental no município de Capão da Canoa? Quais são elas? A comunidade escolar tem conhecimento dessas políticas? Por que são necessárias?
Objetivos	Identificar ações afirmativas no âmbito da Educação das Relações Étnico Raciais na legislação municipal; Pesquisar levantamentos quantitativos da comunidade escolar negra; Refletir sobre o papel social da escola no cotidiano dos alunos negros; Levantar com professores como é posicionado o currículo antirracista; Observar as ações afirmativas existentes na legislação municipal, estadual e federal.
Teorização (principais autores)	Nilma Lino Gomes; Vera Maria Candau; Djamila Ribeiro.
Materiais de análise e instrumentos metodológicos	Pesquisa de leis municipais, decretos e documentos do Conselho Municipal de Educação. Entrevista com membros da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Educação e participante do quadro de funcionários de uma escola pública municipal.
Principais achados do estudo	Necessidade de implementação de políticas afirmativas. Identificação de interesse e planos para uma profunda discussão das ERER. Importância da divulgação e do acesso as informações para a comunidade escolar em relação as ações.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As políticas afirmativas, também conhecidas como ações afirmativas, são políticas públicas para os povos que sofrem discriminação, por exemplo, por raça, religião, gênero. Este trabalho está voltado para uma análise da situação dessas políticas no município de Capão da Canoa, em relação ao povo negro, com foco nas

políticas públicas no Ensino Fundamental e na busca pelo entendimento sobre a importância dessas políticas para a promoção da igualdade e equidade, garantindo, uma educação de qualidade para as crianças, a qual, por ser um direito humano, é promotora de novas oportunidades de ascensão social.

Este trabalho de pesquisa estuda o contexto social das crianças de escolas públicas no município de Capão da Canoa, no estado do Rio Grande do Sul, analisando a existência das ações afirmativas e de que maneira elas estão sendo colocadas em prática, percebendo a necessidade, ou não, de outras ações afirmativas de Estado para a garantia de direitos, especialmente das crianças negras dos anos iniciais do Ensino Fundamental. O estudo neste modo relaciona, dentro da estrutura educacional, a presença do racismo institucional no sistema político e sua influência no sistema de educação.

Historicamente, a sociedade brasileira negou à população negra o direito a uma educação de qualidade. As ações afirmativas buscam reparar o que foi negado durante a escravidão, assim como o descaso com a classe pobre e trabalhadora na história do país, proporcionando novas perspectivas de promoção da cidadania. As crianças negras no Ensino Fundamental necessitam de políticas afirmativas que lhes permitam desempenhar de forma equânime os processos de aprendizagem, garantindo o seu direito a educação de qualidade.

Com acesso a formação e informação de qualidade, alimentação, moradia, saúde, transporte escolar, agasalho, materiais de estudo, as crianças irão aprimorar o seu desenvolvimento cognitivo e poderão ter um bom aproveitamento pedagógico. É exatamente através de ações afirmativas como essas que, recursos básicos conseguem abranger a maioria da população de crianças em idade escolar. Portanto, o entendimento da importância dessas políticas existentes no âmbito educacional municipal da rede pública de Capão da Canoa faz com que a igualdade social seja parcialmente exercida.

1.1 JUSTIFICATIVA

As ações afirmativas étnico-raciais presentes na educação são importantes para que os alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental se sintam contemplados, garantindo os direitos do Povo Negro, estimulando a construção da identidade racial, da cidadania e do ser humano como protagonista de sua própria

história, encorajando-o a trilhar o caminho dos seus sonhos, assim como a comunidade escolar necessita ter o conhecimento de quais políticas estão disponíveis para elas, sua importância no cotidiano, a conjuntura e o posicionamento governamental em relação ao assunto e de que forma ela acontece para participar.

Essas questões citadas acima garantem a democratização da escola pública, através de um currículo antirracista, de uma educação libertadora e que desenvolva a autonomia dos alunos, nesse caso, alunos negros. A Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) precisa ser uma discussão de toda a comunidade escolar, já que é uma forma de combater o racismo na sociedade, racismo esse que infelizmente é um dos problemas da sociedade brasileira, que viola e desrespeita os direitos humanos. O conhecimento dos direitos e recursos sempre é importante quando o cidadão compõe a sociedade.

Portanto, a reflexão sobre o assunto se faz necessária e tem uma relevância ímpar para que, desde cedo, as crianças negras pertencentes às instituições educacionais se sintam acolhidas, conheçam sua verdadeira história, tenham orgulho disso, tenham acesso a informação e tenha a consciência negra empoderada para compor uma sociedade com igualdade e equidade.

1.2 OBJETIVO GERAL

Investigar a existência de políticas afirmativas para as crianças negras nos anos iniciais nas escolas municipais de Capão da Canoa- RS, verificando quais fatores influenciam e desafiam a necessidade de implementação dessas políticas.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Pesquisar a existência de políticas afirmativas de caráter étnico-racial na legislação municipal;

Observar se existe levantamento específico da quantidade de crianças negras nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

Identificar os programas e planos governamentais que tratam de políticas afirmativas com reflexo na educação municipal de Capão da Canoa - RS;

Levantar, junto aos professores, como é posicionado o currículo escolar perante as crianças negras;

Refletir sobre o papel da instituição escolar na construção e promoção da cidadania.

1.4 PROBLEMA DA PESQUISA

Existem ações afirmativas nos anos iniciais do Ensino Fundamental no município de Capão da Canoa? Quais são elas? A comunidade escolar tem conhecimento dessas políticas? Por que são necessárias?

2 POLÍTICAS AFIRMATIVAS

2.1 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Políticas afirmativas são políticas criadas para a inserção e busca da equidade para as populações que são vítimas de discriminação. Não somente negros são por elas beneficiados, mas também indígenas, mulheres, pessoas integrantes do grupo Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer, Intersexual, Assexuais e Inclusão de Outras (LGBTQIA+), quilombolas, ribeirinhos e demais grupos que necessitam que sejam feitas ações que promovam o direito de educação, saúde, emprego, reconhecimento de tradições com respeito e reconhecimento. Dessa maneira podemos considerar ação afirmativa

[...]todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns de tais políticas. Os recursos e oportunidades são as categorias mais comuns em tais políticas. Os recursos e oportunidades distribuídos pela ação afirmativa incluem participação política, acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultura e histórico. (JUNIOR, et. al., 2018).

Essas políticas oferecem, desse modo, oportunidades para os membros dos grupos citados. Essas ações que promovem a igualdade têm ligação direta com políticas públicas de Estado.

Existem importantes ações afirmativas para o Povo Negro, asseguradas no escopo legal brasileiro, como o Estatuto da Igualdade Racial, que é a Lei Federal nº 12288/10, que tem como objetivo combater a discriminação e atingir a igualdade étnica raciais da população negra.

Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. (BRASIL, 2010).

Há também a lei nº12711/12, que faz vigorar as Cotas no Ensino Superior. Temos a lei 10.639/03 que obriga o ensino e aprendizagem da história e cultura afro brasileira e o reconhecimento do dia 20 de novembro em alusão à luta pelos direitos

dos negros feita pelo Zumbi dos Palmares, e a lei nº 11.645/08, que adiciona a obrigatoriedade também da história e cultura indígena.

Essas legislações, que tratam de políticas públicas afirmativas, auxiliam parcialmente a população negra na garantia de direitos para conquistar a plenitude do bem viver, prevista como direito humano. Durante muitos anos, nossos direitos foram violados, violentados e esquecidos. Essas políticas são ferramentas importantes para que o Povo Negro não fique à margem da sociedade, sociedade essa governada por líderes que representam uma elite branca, masculina, de perfil eurocêntrico e que, não raro, apresenta perfis e atitudes que manifestam e sustentam a estrutura racista que baliza a sociedade brasileira. A ausência de ações afirmativas, de caráter étnico-racial, inibe a ocupação de nossos espaços e silencia as nossas vozes negras. Retrai a ocupação, por sujeitos negros, dos espaços de poder.

2.2 LUTA DO POVO NEGRO

Sabemos que ser negro no Brasil não é tarefa fácil. Um país que historicamente renega suas verdadeiras origens, onde a diáspora impera e os resquícios dessa colonização desumana é presente até os dias de hoje na sociedade. Como argumenta Maringoni (2011), “os negros após a libertação foram largados à própria sorte sem perspectivas de mudar sua situação social, continuando discriminados, excluídos da sociedade[...]” (*apud* Santos et. al. 2015, p.28).

Mesmo sendo um país com destaque em diversidade, pois, como menciona Gomes (2011, p. 110), “o Brasil se destaca como uma das maiores sociedades multirraciais do mundo e abriga um contingente significativo de descendentes de africanos dispersos na diáspora”, existe uma exclusão racial e social muito grande presente em nossa sociedade. Portanto, cabe a nós, Povo Negro¹, buscarmos reparações por nossas identidades negadas, e por nossas dignidades arrancadas. Além disso, precisamos lutar, cotidianamente, pela compreensão dessa dívida histórica pelos não negros para com a parcela negra da sociedade brasileira, vítima e resultado do processo de escravidão.

¹ Por vezes, a autora se posicionará integrante do Povo Negro, demonstrando assim a luta que considera acadêmica, individual e coletiva.

A influência, o dialeto, as roupas, as danças, a culinária, as histórias, as lendas, a ciência, literatura, arte, cinema, enfim, toda a bela contribuição da população negra, para o enriquecimento da cultura brasileira é, na maioria das vezes, negada, inclusive nos ambientes escolares, por meio do racismo velado muito comum em nosso país:

A negação da tradição africana determina aos sujeitos, no Brasil, uma condição de inexistência enquanto pessoas portadoras de valores, características próprias e cultura. O que fica para os negros é o estigma de escravo que deve atender as ordens do senhor e submeter-se à vontade dos mesmos quando solicitados. Apenas um objeto de uso, um instrumento de trabalho no imaginário dos não negros. Há que se mencionar, entretanto, que alguns negros sucumbiram a esta representação negativa, muitos outros reagiram, resistiram dos quilombos aos nossos dias. (MACHADO, 2010).

As crianças em idade escolar acabam por ter dificuldades de acesso à história dos seus antepassados e dos seus ancestrais, sendo influenciadas diretamente pela cultura não negra e eurocêntrica, como contribui Ribeiro (2009, p. 69):

Quando criança, fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não tivesse existido uma vida anterior nas regiões onde de onde essas pessoas foram tiradas à força. Disseram-me que a população negra era passiva e que “aceitou” a escravidão sem resistência.

Esses resquícios trazidos na memória do Povo Negro fazem com que, duplamente, tentem ocupar espaços de visibilidade, juntamente com o enfrentamento do racismo e da exclusão social. Esses fatores também se fazem presentes no âmbito escolar onde a democracia racial é discutida de uma forma que silencia e deixa invisível a presença dos alunos negros e seus questionamentos internos, já que a escola é um local de reflexão e de construção de identidade. Identificando a problemática o Movimento Negro, entra em ação tentando combater o racismo na sociedade e que, conseqüentemente reflete na escola, como alega Gomes (2011):

As questões como a discriminação do negro nos livros didáticos, a necessidade de inserção da temática racial e da História da África nos currículos, o silêncio como ritual a favor da discriminação racial na escola, as lutas do Movimento Negro em prol da educação, começam aos poucos, a ganhar espaço na pesquisa educacional do país, resultando em questionamento à política educacional. Desencadeia-se um processo de pressão ao Ministério da Educação, aos gestores dos sistemas de ensino e

às escolas públicas sobre o seu papel na superação do racismo na escola e na sociedade (p. 112-113).

Segundo Gomes (2011), o Movimento esteve presente em diversas lutas para a garantia de direitos na educação, inclusive, na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Base da Educação (lei nº 9394/96). Foi através da militância de pessoas conscientes e muito necessárias nesse contexto que hoje, eu, mulher negra, posso estar escrevendo este trabalho em uma Universidade Pública Federal do meu estado.

Dentro deste contexto, existem organizações negras que visam combater o racismo, a desigualdade e a exclusão, como é o caso Movimento Negro Unificado (MNU), uma das organizações mais importantes de luta social do movimento antirracista. Essa organização foi fundada em 7 de julho de 1978 e hoje possui projeção nacional e internacional em defesa das causas negras, denunciando o racismo e lutando por ações afirmativas, inclusive no campo da educação. Assim, como o MNU, outras organizações de lutas do movimento negro têm sido responsáveis pelas discussões de ações afirmativas e de reparação no país. A luta do Povo Negro é longa e árdua. Antes de ser sancionada a Lei nº 10639/03, existiram diversas conquistas da militância através do Movimento Negro, como Secretarias em níveis municipais, estaduais e nacionais que tinham como representação a garantia de direitos raciais, sociais e educacionais. Sobre isso, Gomes (2011) afirma:

A partir de 2003, com o governo Luiz Inácio Lula da Silva, nota-se o aprofundamento desse debate. Algumas iniciativas de mudanças merecem destaque no governo federal, pela primeira vez é instituída a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, e, no Ministério da Educação, a Secretaria da Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em 2004. (p. 115).

Atualmente, as secretarias mencionadas foram reduzidas a departamentos no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo de Jair Messias Bolsonaro, período de governo 2019-2022. Isso torna perceptível quais valores e direções esse governo seguiu. Assim sendo, a luta pelos direitos segue, através de conquistas, desafios e, em alguns momentos, de retrocessos devidos à resistência de ação do governo e do sistema brasileiro. Como aborda Gomes (2011, p. 117), “essa legislação precisa ser entendida como fruto de um processo de lutas

sociais, e não uma dádiva do Estado, já que como uma política de ação afirmativa, ela ainda é vista com muitas reservas pelo ideário republicano brasileiro, que resiste em equacionar a diversidade”.

Desde o mandato do ex-presidente Michel Temer, período de governo 2016-2018, até o momento, foram registrados retrocessos no processo de visibilidade e garantia de direitos do Povo Negro. Isso tem um impacto muito grande na democracia, assim como, deixa explícito a importância do apoio governamental na temática da Educação das Relações Étnico Raciais. Já que, os governantes que estão no poder, precisam ter a discussão e o entendimento do verdadeiro sentido de democratização e equidade para que todos os integrantes da sociedade sejam contemplados nas suas ações.

Portanto, promover ações afirmativas para o Povo Negro, também envolve o voto consciente, onde possamos ser representados no legislativo, judiciário e executivo, garantindo nossos direitos e sempre buscando a igualdade e equidade. Em um país que se diz democrático, ainda temos sinais e ações de exclusão, desrespeito e desumanização das pessoas negras, indígenas e outras minorias. Um reflexo de um governo com características neofacista. Quando se extingue secretarias e outros espaços de discussões sobre políticas públicas para grupo socialmente excluídos, tais ações promove o silenciamento e deixa na invisibilidade o meu povo, demonstrando assim o perfil racista de certas políticas institucionais. No próximo capítulo, discutiremos o papel social da escola neste contexto.

3 PAPEL SOCIAL DA ESCOLA

3.1 O ESPAÇO DA ESCOLA NO CONTEXTO SOCIAL DAS CRIANÇAS

A escola é um dos principais instrumentos a que a criança tem acesso para sua inserção na sociedade. No ambiente escolar, a criança começa a ter a percepção de seu papel como cidadã e qual lugar na comunidade ocupa. As crianças negras enfrentam um dos seus principais conflitos de identidade, uma vez que, no ambiente escolar, aprendem nas diversas aulas que são descendentes de escravos, e não de pessoas que foram escravizadas. Além disso, existe uma importante falta de representatividade negra no ambiente escolar. Em muitas escolas, os materiais didáticos ainda não contemplam a diversidade étnica presente no cotidiano escolar, como afirma Alves (2012),

Podemos observar que as histórias infantis ainda passam para as crianças a imagem de uma princesa loira, branca e rica e não da cor negra, ou seja, diretamente e indiretamente estão gerando nelas uma consciência racista. (p. 11).

Assim, como é sabido pelos professores o fato de que existe discriminação na sociedade, eles sabem da luta pela igualdade de direitos, sabem da forma como os alunos negros se relacionam com os demais alunos, sabem e conhecem a estrutura curricular, além de outros diversos fatores que envolvem a Educação das Relações Étnico-Raciais. Entretanto, constata-se que há um silêncio que grita na comunidade escolar, silêncio que acaba tirando a visibilidade e autonomia de pessoas negras que fazem parte da comunidade escolar, refletindo o racismo mascarado pela democracia racial, como contribui Gomes (2005):

[...] a discriminação racial se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa. Não se pode confundir esse silêncio com o desconhecimento sobre o assunto ou a sua invisibilidade. É preciso colocá-lo no contexto do racismo ambíguo brasileiro e do mito da democracia racial e sua expressão na realidade social escolar. O silêncio diz de algo que se cabe, mas não se quer falar ou é impedido de falar. (p. 105).

Dentro do contexto escolar, existem diversos fatores que contribuem para a formação do cidadão. Através da aprendizagem escolar, compreendemos como partes das engrenagens da sociedade funcionam. Relacionando a forma de

entender essas engrenagens, o professor ocupa a posição de mediador ao enfrentar os conflitos presentes do dia a dia combatendo os mais variados tipos de preconceitos e de desigualdades. Como especificam Schram e Carvalho (2021, p. 2),

Queremos sem dúvidas, que a escola possa, com seus educadores, trazer as mudanças desejáveis para uma sociedade justa e igualitária. Isso não será possível se a escola não tiver clareza de seu currículo, de sua proposta pedagógica, de seu sistema de avaliação no processo de ensino e de aprendizagem, com compromisso, capacidade de agir e refletir sobre a realidade.

Também é importante lembrar-se da autonomia do professor em sala de aula. Para que possa ser desenvolvido um trabalho de inclusão, de igualdade social e racial, é necessário que a escola como um todo esteja aberta para o debate, reconheça e tenha entendimento sobre o assunto. As práticas pedagógicas levam a reflexões de diversos fatos de todos que participam. Na escola, tratar das pautas raciais é necessário, trazendo para o debate os professores, pais e alunos. A escola é um instrumento de formação, uma ferramenta que as crianças utilizam para a ampliação de seus conhecimentos sociais, para o desenvolvimento de sua autonomia e autoconhecimento. Por isso, a importância do papel social que a escola tem na vida de cada aluno, na perspectiva do estímulo à igualdade de oportunidades, ao oferecer estrutura para o desenvolvimento e a qualidade de educação para todos, assim como interfere de forma direta na construção da identidade dos alunos, nesse caso, alunos negros, como aponta Boucinha (2014, p. 42):

Para tanto, pude perceber que a construção da identidade racial inicia fora da escola, porém a escola tem um papel fundamental para sedimentar alguns discursos, por tanto é o ambiente favorável para iniciar uma mudança de rumo. Digo isso pois as práticas pedagógicas influenciam nesse processo e com o posicionamento adequado do professor na direção de uma educação antirracista pode-se construir relações raciais mais saudáveis.

Assim, a educação pode ser compreendida como instrumento a serviço da democratização, contribuindo pelas vivências comunitárias dos grupos sociais, em diálogo, para formar pessoas participantes. A reforma da educação e a reforma da sociedade andam juntas, sendo parte do mesmo processo, assim como afirmam Schram e Carvalho (2021).

O espaço em que a escola ocupa no contexto social é importante, porque é através dela que o desenvolvimento de autorreconhecimento e do reconhecimento de espaços na sociedade ocorre juntamente com o aprendizado curricular. É importante que a posição da escola compreenda as necessidades de combate às desigualdades e os preconceitos, por vezes racistas, presentes na comunidade escolar. Assim, ela cumpre o papel de oferecer novas e positivas perspectivas aos estudantes, estimulando novos sonhos e a construção de suas autonomias². Na perspectiva freiriana defendida por Schram e Carvalho (2021), a escola deve acreditar na formação de um homem livre. O homem pode transformar-se e transformar o seu contexto social.

Para o que é necessário a formação do homem realmente livre. Por ser livre, vai a origem das coisas, não deixando manipular-se, já que submete sua ação à reflexão, não permitindo massificar-se, ou seja, pela formação da consciência crítica, em que o ato de educar conduz à liberdade, combatendo a alienação dos homens através da compreensão do indivíduo como ser ele mesmo, desenvolvendo suas potencialidades e humanizando-se no exercício da responsabilidade que tem frente às mudanças sociais. (p. 4).

Na próxima seção, será abordado sobre o currículo de inclusão racial.

3.2 O CURRÍCULO DE INCLUSÃO RACIAL

O currículo escolar baseado em especificidades de educação depositária não traz a equidade. A descolonização do currículo escolar traz uma perspectiva de reconhecimento de autorreconhecimento do estudante no âmbito escolar. Os movimentos que lutam em prol do Povo Negro trazem essa discussão para dentro das escolas, como menciona Oliveira Custódio (2020):

Entende-se aqui que essa perspectiva pós-colonialista sobre o currículo dialoga intimamente com a noção de descolonização do currículo defendida por militantes do Movimento Negro, educadores, pensadores do multiculturalismo e das relações étnico-raciais. A problematização acerca do silenciamento e invisibilidade de determinadas culturas, sobretudo daquelas que correspondem a epistemologias e relações com o saber que não se enquadram da moldura do conhecimento hegemônico, se faz necessária, principalmente no contexto de uma educação que se pretende antirracista [...] (CUSTÓDIO, 2020, p. 40-41).

² Existem ferramentas tecnológicas importantes que auxiliam os professores e escolas na análise da mediação de políticas que contribuem para um currículo antirracista promotoras da igualdade racial.

Quando tratamos do assunto currículo escolares, vêm à tona diversas denúncias de fatores que acontecem. Segundo Gomes (2005), existem reivindicações pela rigidez dos currículos que acabam engessando o ensino e aprendizagem, além de fomentar o empobrecimento do caráter conteudista, a falta de diálogo que existe entre o currículo e a realidade social no diálogo entre escola e famílias, a formação dos professores reflexivos e as culturas negadas e ignoradas nos currículos. Sendo assim, para que se tenha uma escola democrática inclusiva e de qualidade, que atraia os estudantes para a aprendizagem e reflexão, formando cidadãos com autonomia e igualdade, é necessário que o currículo seja feito da mesma forma, utilizando as leis que definem como deve ser feita uma educação sem racismo, de forma interdisciplinar e não como mais um conteúdo abordado de forma superficial. Como a autora Gomes (2005, p. 106) alega:

[...] o trato da questão racial no currículo e as mudanças advindas da obrigatoriedade do ensino da História da África e das culturas afro-brasileiras nos currículos das escolas da educação básica só poderão ser considerados como um dos passos no processo de ruptura epistemológica e cultural na educação brasileira se esses não forem confundidos com “novos conteúdos escolares a serem inseridos” ou como mais uma disciplina. Trata-se na realidade, de uma mudança estrutural, conceitual, epistemológica e política.

Na perspectiva Federal, no artigo 26º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) Nacional, no quarto parágrafo, consta a obrigatoriedade do ensino da História do Brasil, incluindo as matrizes indígenas, africanas e europeias. Também constam no Plano Nacional de Educação, publicado em 2014, 20 metas de melhorias, porém, nenhuma delas aborda especificamente a ERER. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, o currículo é composto por diretrizes educacionais e sociais através de competências e habilidades, visando a igualdade, diversidade e equidade:

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais (BNCC, 2018, p. 15).

Essas diversidades citadas no impacto interfederativo da BNCC podem ser percebidas na realidade das escolas públicas no município de Capão da Canoa, que

será detalhada na análise dessa pesquisa, a interculturalidade presente e cada vez mais necessária nas concepções e métodos curriculares. Como contribui Vera Maria Candau:

As diferenças culturais – étnicas, de gênero, orientação sexual, religiosas, entre outras – se manifestam em todas as suas cores, sons, ritos, saberes, sabores, crenças e outros modos de expressão. As questões colocadas são múltiplas, visibilizadas principalmente pelos movimentos sociais, que denunciam injustiças, desigualdades, discriminações, reivindicando político e cultural.

No âmbito da educação também se explicitam cada vez com maior força e desafiam visões e práticas profundamente arraigadas no cotidiano escolar. A Cultura escolar dominante em nossas instituições educativas, construídas fundamentalmente a partir da matriz político-social e epistemológica da modernidade, prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal. Nesta ótica, as diferenças são ignoradas ou consideradas um “problema” a resolver. (CANDAU, 2012, p. 83).

Existem Leis Federais que abordam a presença da história da cultura de Matriz Africana no currículo, assim como reconhecimento de identidade, reconhecimento de posição do aluno na sociedade e o respeito a suas crenças e contexto social.

Como consta na BNCC (2018), cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora.

Entre os temas contemporâneos citados na BNCC, existem Leis, Pareceres e Decretos estaduais e federais, como os direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/199016), a educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199717), a educação ambiental (Lei nº 9.795/1999), a educação alimentar e nutricional (Lei nº 11947/200919), o processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/200320) e a educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/201221).

A Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/200422) abrangem, saúde, vida

familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/201023).

Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, como por exemplo a habilidade EF03HI03 que diz

Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes. (BRASIL, 2018, p. 407)

E a habilidade EF05GE02 (BRASIL, 2018, p.409): Identificar diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais entre grupos em diferentes territórios. Portanto, existem alguns amparos legislativos para a construção de um currículo antirracista., porém, cabe ao sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada.

4 REVISÃO DE LITERATURA DE PESQUISAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSOS

Ao realizar a revisão de literatura de pesquisas de Trabalho de Conclusão de Curso na plataforma de produção intelectual da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - LUME, a busca se deu com os filtros usando as palavras chaves “políticas afirmativas em escolas de ensino fundamental”. Não foram encontrados estudos com o assunto. Entretanto, com as palavras-chave “étnico-raciais, raça e educação antirracista”, escolhi três investigações que apresentam temas e discussão similares a esta pesquisa.

No apêndice A, encontra-se um quadro com os trabalhos encontrados no repositório LUME UFRGS e as informações nome, orientador e o resumo dos trabalhos realizados pelos autores dos mesmos. No quadro a seguir, apresento as informações básicas sobre os trabalhos.

Quadro 2 - Trabalhos selecionados na pesquisa referente a temática

Título do trabalho	Orientador (a)	Ano e Localização do trabalho
Percursos da educação das relações étnico-raciais em uma turma dos anos iniciais	Professora Doutora Caroline Pacievitch	2019 – Porto Alegre
O “lápis cor-de-pele”: a construção de identidades raciais nas práticas escolares	Professora Doutora Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher	2014 – Porto Alegre
“OLHA PROFE, EU PAREÇO COM ELA!”: As Implicações da ERER na Construção de Identidade Racial	Professora Doutora Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher	2017 – Porto Alegre

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os três trabalhos de conclusão de curso de Licenciatura em Pedagogia utilizaram a metodologia das pesquisas qualitativas e documentais. Trazem questões pertinentes à minha pesquisa já que todos os trabalhos têm como discussão a desmistificação da democracia racial e a construção da identidade dos alunos negros dos anos iniciais do Ensino Fundamental não como todos iguais, mas com o desenvolvimento, desde muito cedo, da construção da negritude, da construção de reflexões sobre como é posicionado o negro perante uma sociedade com o racismo estrutural e constitucional muito enraizado, além de tratar sobre a

Educação das Relações Étnico Raciais no cotidiano escolar, trazendo a proposta de interdisciplinaridade, tanto por parte dos professores – já que existe um currículo a ser seguido, e é através da interpretação do professor em relação ao currículo e as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula que a igualdade racial e a representatividade negra acontecem no ambiente escolar – quanto por parte dos alunos.

Os trabalhos trazem o currículo antirracista como um dos fatores importantes para a EREER e apresentam, além da questão do desenvolvimento do pertencimento do ambiente escolar em relação às crianças negras, o processo de identificação do espaço com suas vidas cotidianas, assim como é a pretensão do estudo apresentado neste trabalho.

Fica então minha reflexão acerca desses trabalhos: essas discussões propostas pelas autoras conversam com as ações afirmativas necessárias (e existentes)? Desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, a EREER precisa estar presente no currículo, nas práticas pedagógicas, nas discussões do ambiente escolar, pois no ambiente escolar também é construída a identidade de cada aluno, portanto, a sensibilidade de abordar essa temática em sala de aula requer ações propositivas, mesmo que já existam leis e decretos que dão o direito de as crianças negras saberem a sua verdadeira história. Por isso, a formação continuada da parte docente se faz necessária.

5 METODOLOGIA

A dimensão metodológica escolhida para este trabalho foi a da pesquisa qualitativa e os instrumentos utilizados foram pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com profissionais da educação e que estão envolvidos em ações de promoção e de reconhecimento de ações afirmativas no Ensino Fundamental – anos iniciais. Para a realização das entrevistas, utilizou-se um roteiro de perguntas que se encontram no Apêndice B.

5.1 INTERLOCUTORAS DA PESQUISA

Foram entrevistadas através de um questionário enviado por e-mail três mulheres que fazem parte da comunidade escolar do município de Capão da Canoa. Devido a dificuldade de prazos e disponibilidade dos professores, o critério para a escolha das entrevistadas foi de obter diferentes olhares da perspectiva de gestão da Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e de uma educadora da rede municipal, com relação a ERER, oportunizando dessa forma análises diferentes na composição da pesquisa.

Todas assinaram devidamente o termo de consentimento livre e esclarecimento. A entrevistada 1 (E1) é supervisora dos anos iniciais na Secretaria Municipal de Capão da Canoa (SME), negra, pedagoga formada pela Universidade Federal de Santa Maria, especialista em Administração Escolar, atuante há 23 anos como supervisora escolar e mestranda em Educação na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. A entrevistada 2 (E2) é Presidente do Conselho Municipal de Educação (CME), bacharel há 10 anos em Turismo e Pedagoga e atuante como professora. E a entrevistada 3 (E3) é Técnica em Informática formada pelo Instituto Estadual Riachuelo, Técnica em Administração formada pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, graduanda em Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul e servidora da rede municipal de Capão da Canoa como Auxiliar de Educação Especial há 4 anos.

5.2 SOBRE O MUNICÍPIO PESQUISADO

O município de Capão da Canoa é localizado no Litoral Norte Gaúcho, há 135 km de Porto Alegre, pertencente à microrregião de Osório, tendo como municípios vizinhos Xangri-Lá, Maquiné e Três Forquilhas. Com população estimada de 55.009 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021, contabilizou nas últimas eleições 42.362 eleitores³. No ano de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) era de R\$ 1.609.057,68. Sendo considerado um município de porte médio, tem como prefeito Amauri Magnus Germano (PTB) e vice-prefeita Juliana D'Ávila Martin (MDB).

Capão da Canoa tem Secretaria Municipal de Educação (SME), administrada pela secretária Raquel Goldani e é estruturada com assessoria, central de vagas, núcleo pedagógico, coordenação de bibliotecas escolares, departamento de nutrição, coordenação da padaria comunitária, recursos humanos, coordenação de projetos, serviço social, departamento de compras e financeiro, departamento de transporte escolar e centro de distribuição Delcy da Silva Germano (distribuição de materiais escolares).

O município conta com 24 escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e de Ensino Médio, entre públicas e particulares. De acordo com o Censo Escolar de 2021, o município tem 193 professores e 4247 alunos matriculados na modalidade do Ensino Fundamental nos Anos iniciais. No ano de 2021, obteve como nota 5,4 com meta de 5,6 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Teve como índice de aprovação de alunos nos Anos Iniciais 98% e 0,2% de evasão escolar. No que tange ao recorte étnico racial nos ambientes escolares, o município não apresenta dados, tanto de profissionais da educação quanto de estudantes.

De 100% das escolas presentes no município, 25% têm acessibilidade física, 38% têm rede de esgoto, 46% das escolas têm biblioteca, 42% das escolas têm quadra de esportes, 54% têm laboratório de informática, 25% têm laboratório de ciências e 96% têm televisão. Todas as instituições educacionais têm água tratada, alimentação, lixo com coleta periódica, energia elétrica e banda larga, segundo o Censo Escolar de 2021.

³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/capao-da-canoa/pesquisa/38/47001?tipo=grafico&indicador=47001> . Acesso em: 15 jan. 2023

Na perspectiva municipal, existe a Lei nº 3.120, de 4 de agosto de 2015, referindo-se ao Plano Municipal de Educação do Município de Capão da Canoa. Em seu Artigo 3º, lê-se o seguinte:

O PME tem como diretrizes: a melhoria na qualidade da educação, superação das desigualdades educacionais, a formação para o trabalho técnico, científico, e da cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos da família e sociedade, a valorização dos profissionais da educação e promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, com a aplicação de recursos públicos em educação em regime de colaboração com o Estado e a União, nos termos da Constituição Federal. (CAPÃO DA CANOA, 2015).

Observe-se que no Plano Municipal de Educação há menção à política de promoção da igualdade racial ou de Educação das Relações Étnico-raciais na meta 7, item 7.16. Entretanto, observamos que as citações com relação a implementação da temática nas escolas municipais é tratada de maneira genérica conforme consta na Lei Orgânica do Município de Capão da Canoa (1990), no Artigo 116º, que “cabe ao Município através do Conselho Municipal de Educação, definir uma política de Educação interligada com os programas da União e do Estado.” Portanto, na legislação municipal não há menção a Educação das Relações Étnico-Raciais, trata de maneira abrangente a igualdade e direitos básicos, sem especificações de ações afirmativas para crianças negras.

6 A PESQUISA: O Que nos Dizem as Interlocutoras?

Quando questionadas sobre a existência dos espaços de discussão e formação da EREER nas escolas públicas municipais de Capão da Canoa, a E1 sinaliza e afirma que ainda há um silenciamento e exclusão da temática e que esse silenciamento é a representação do racismo presente na sociedade. Reconhece a importância da Secretaria Municipal de Educação como peça fundamental mediadora para trazer a discussão para as escolas por meio de formações, discussões e projetos dentro do ambiente escolar. Já a entrevistada 2 diz que temática EREER é trazida no Seminário Multicultural de forma ampla, sem especificidades, mas os professores na sala de aula abordam a temática e reconhecem que nem sempre essa abordagem pode ser adequada. A entrevistada 3 expõe que, dentro da escola, presenciou espaços de discussão étnico-racial somente nos últimos dois anos com o Seminário Multicultural, e que normalmente a supervisão da escola exige a temática restritamente nos meses de abril e novembro, e que alguns professores e profissionais da educação combinam atividades paralelas ou projetos conforme suas áreas de interesse e afinidade, mas sem incentivo para tal.

Portanto, no município de Capão da Canoa o Seminário Diálogos Multiculturais é um espaço de discussão da pluralidade e contribuição cultural voltado para os povos originários com a participação dos professores da rede pública como uma formação continuada. Sua segunda edição realizada neste ano de 2022 nos dias 18 e 19 de julho, teve duração de 12 horas e foi emitido certificado aos municípios participantes. O evento foi promovido pelo Serviço Social do Comércio de Tramandaí (SESC). Podemos observar que a E1 não cita este seminário, entendendo que não é iniciativa do próprio município e destaca a importância que a SME tem no processo de levar a discussão da EREER nas escolas. Abaixo, segue o card divulgado pelo evento.

Figura 01 - Formação de Professores: Diálogos Multiculturais



Fonte: Disponível em < <https://fecomercio-rs.org.br/2022/06/17/sesc-santa-rosa-promove-2o-seminario-dialogos-multiculturais-em-julho/> Acesso em: 16 jan. 2023.

Na questão da disponibilidade de materiais que abordem a EREER nas escolas, a E1 cita que existem os livros de histórias infantis, alguns materiais oriundos das culturas africanas e indígenas e salienta que houve pequenos avanços após a implementação da Lei nº 10.639/03. A E2 diz que existem materiais disponíveis na escola e expõe que o professor procura o material considerando-o próprio à sua realidade. A E3 diz que existe diversos livros presentes da biblioteca voltados para anos iniciais.

Apesar das respostas das participantes, nenhuma deixa claro quais são essas obras, e se além da literatura infanto-juvenil existem outros materiais de nível didático que contem a verdadeira história do Povo Negro. Também é perceptível uma responsabilização do professor que está em sala de aula abordar o assunto conforme seu interesse.

Em relação ao conhecimento dos responsáveis municipais da Educação das Relações Étnico-Raciais para organização da abordagem do assunto, a E1 diz que ainda não há disponível um setor ou comissão responsável por essas ações e diz

que atualmente ela é encarregada por orientar, coordenar e controlar a EREER, mas que pretendem para 2023 formar uma comissão de monitoramento na SME.

A E2 salienta que na SME o setor responsável pelo assunto é a supervisão geral. No CME há comissões que analisam as questões vinculadas às etapas da educação, porém não há um responsável pelo assunto. Cita os Pareceres do CME nº009/2006 e 007/2013 que versam sobre a obrigatoriedade da temática sobre Cultura Afro Brasileira no Sistema Municipal de Educação. O Parecer nº009/2006 reforma a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana nas escolas públicas municipais e a inclusão do dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra, e consta que

Este colegiado entende que as supervisões escolares dos estabelecimentos de ensino deste município deverão promover o aprofundamento de estudos sobre o tema em pauta, afim de que sejam desenvolvidos programas nos diferentes componentes curriculares que promovam a educação de cidadãos atuantes e conscientes da sociedade multicultural e étnica do Brasil, buscando relações sociais positivas e que contribuam para a construção de uma nação verdadeiramente democrática. Cabe a mantenedora deste Sistema oferecer condições financeiras, bem como prover as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e didático necessário para a educação a que se refere o § 1º deste Parecer. (CAPÃO DA CANOA, 2006).

O Parecer 007/2013 é o complemento do parecer anterior que adiciona além da história e cultura africana, história e cultura indígena nas escolas particulares e de ensino médio, o dia 1º de abril como Dia do Índio, além de constar no §1 e §2:

§ 1º - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, e dos povos indígenas Brasileiros a Cultura negra e indígena brasileira e o negro e do índio na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro e do índio nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º - Os conteúdos referentes à História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, História e Lit. Brasileira. (CAPÃO DA CANOA, 2013).

A E3 diz que desconhece os responsáveis pela temática EREER na SME e no CME, mas afirma que nas escolas geralmente são as profissionais da supervisão escolar.

É perceptível que há, conforme a impressão das entrevistadas, uma divergência na organização e sobre as pessoas responsáveis da temática da EREER.

Na perspectiva da E1, representante da SME diz que existe uma pessoa responsável e inclusive, um planejamento de criação de uma comissão para o ano de 2023. Na perspectiva da E2, representante do CME, a responsável é a supervisão geral (sem especificar de qual órgão municipal ou da comunidade escolar vem essa supervisão) e reafirma, através de pareceres criados pelo próprio Conselho Municipal de Educação, que a responsabilidade do cumprimento da Lei 10.639/03 e o aprofundamento do assunto são deveres da supervisão escolar de cada instituição de ensino. A E3 reafirma o não conhecimento de organização da temática e órgãos responsáveis. Mas destaca que atualmente quem organiza e sinaliza o assunto é a supervisão escolar.

Notamos que a temática da Educação das Relações Étnicas Raciais se dá de acordo com o interesse de cada escola, mas é importante o reconhecimento e planejamento da Secretaria Municipal de Educação para uma melhor organização e democratização cultural nos ambientes escolares.

Quando perguntadas sobre como a temática pode ser trabalhada no ambiente escolar, a E1 traz como forma de abordagem do assunto as histórias infantis que ajudam na construção da identidade das crianças e a importância da disposição e do conhecimento do professor para isso. Já E2 respondeu que deve ser de forma integrativa e não de exclusão, também relata que existe um trabalho dos professores em relação às ações afirmativas.

A E3 diz que existem diversos fatores que influenciam na abordagem da temática em sala de aula, mas acredita que o primeiro passo é o entendimento da importância do assunto para a sociedade. A participante expõe o dever do tratamento do assunto além do cumprimento da legislação, devendo partir das instâncias superiores e hierárquicas até a camada dos profissionais docentes e de outros que auxiliam no trabalho pedagógico através de oportunidades, momentos e espaços adequados para o debate, considerando as competências da BNCC e a conscientização acerca de valores éticos e morais inerentes a formação crítica cidadã. A entrevistada também citou a importância do planejamento prévio a partir do Projeto Político Pedagógico da escola, fazendo com que valores de respeito e representatividade façam parte da identidade docente da instituição e por consequência, da proposta pedagógica.

Na perspectiva das entrevistas, observamos que há uma superficialidade de como deve ser abordada a temática em sala de aula. É citada a ludicidade das

histórias infantis, mas sem aprofundamento ou algum relato de metodologia de professores, mas também, sem especificações de projetos e planos de aula. Já na visão da E3, que vive o cotidiano escolar, é refletido e trazido por ela para dentro da entrevista a importância da conscientização do assunto desde o cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) até a presença da EREER no Projeto Político Pedagógico das escolas. Ela também salienta que a construção da identidade dos alunos negros do Ensino Fundamental é um dos maiores fatores que deve ser pensado quando o assunto é o entendimento de como a temática pode ser trabalhada nas escolas.

Na questão de como avaliam a possibilidade de implementação de ações afirmativas da Educação das Relações Étnico Raciais nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a E1 responde que o racismo é tema muito discutido atualmente nos mais diversos espaços mas, no ambiente escolar, esse debate se revela ainda superficial e, muitas vezes, de forma estereotipada. Diante das narrativas das professoras e das análises no acervo literário de bibliotecas escolares, é possível identificar que, mesmo com a contribuição que lei 10639/2003 trouxe, existe a necessidade de novos modos de articulação sobre as relações étnicas raciais e das representações sobre o negro e sua identidade, de forma a desafiar a escola a encarar a temática pedagogicamente, conectando-se com as relações raciais que fazem parte da construção histórica brasileira.

A E2 responde que a temática já é trabalhada pelos professores. Já a E3 afirma que um ambiente mais plural, tem a capacidade de aproximar mais os alunos e a comunidade escolar a partir do reconhecimento de sua cultura e valores tornando-se assim as ações afirmativas nos anos iniciais uma possibilidade positiva.

Então, a possibilidade de implementação de ações afirmativas nos anos iniciais do Ensino Fundamental no município é abordada de forma positiva pela E1 e E3, porém a E2 não argumenta e diz que essas ações já são trabalhadas pelos professores, mas não explica em qual instância e de que forma acontece.

Interpeladas sobre os desafios e possibilidades que a temática traz para o ambiente escolar, a E1 diz que as possibilidades são provocar reflexões acerca do lugar que a criança negra pode ocupar na sociedade, isso é, existir com outras possibilidades, sem serem essas ligadas à marginalização, pobreza e violência; trazer narrativas positivas a respeito da produção intelectual negra para a desconstrução do racismo na escola, reiterando a premência de criar condições para

o desenvolvimento do povo negro, seu legado, através da valorização de sua cultura, identidade e diversidade; olhar as alunas(os) negras (os) para além da sua pertença racial, para outros elementos identitários e outras intersecções e a partir disso pensar um processo educativo que dê conta da vida dessas meninas, ensinando outros valores civilizatórios e compreender os jovens a partir deles mesmos, sem vinculações a outros modos de estar no mundo.

Ainda, a E1 fundamenta que durante décadas tivemos livros infantis com histórias voltadas para um processo de branqueamento na intenção de naturalizar a “inferioridade do sujeito negro”, mas que, apesar de todo esse movimento, durante o percurso houve avanços no sentido da inclusão de tema étnico racial com o propósito de desenvolver mecanismos contra a reprodução de ideias e comportamentos preconceituosos, embora ainda exista muito material que reforça o racismo. Nessa perspectiva, precisamos buscar uma educação antirracista, revendo práticas, dando subsídios aos professores de modo a colocá-los em contato com novos processos educativos, incluindo as produções de autores negros, e proporcionando o convívio com histórias onde personagens negros falam de suas vivências, contribuições sociais e culturais, dessa forma, provocando uma atitude que tensione as representações racistas ainda presentes em muitas das histórias que trazemos para nossas crianças e na sociedade. O caminho é longo, árduo e desafiador, mas a semeadura precisa continuar.

A E2 diz que o desafio maior é conseguir trabalhar de forma a incluir a temática no dia a dia, e não em ações separadas e pontuais. O tema deve ser trabalhado de forma a integrar e mostrar as diferenças de forma natural. O professor deve ter capacitações contínuas sobre como trabalhar o tema.

A E3, no que se refere a possibilidades, acredita que um ambiente mais plural aproxime mais os alunos e a comunidade da escola, quando todos os sujeitos, assim como a sua história e cultura, são reconhecidos de forma igualitária. Quanto aos desafios, a E3 vê que por consequência da ausência desses sujeitos nos espaços, é necessário haver um ambiente escolar plural, onde se haja uma identificação com a necessidade da abordagem de tais questões, valorizando e dando visibilidade aos sujeitos.

Examinando as respostas, as possibilidades e desafios existentes na temática são semelhantes. Todas conversam entre si através do reconhecimento de que a pontualidade em determinadas datas sobre a discussão racial do Povo Negro não é

o melhor caminho, já que a temática pode ser abordada diariamente, de forma natural e com a ênfase que merece, tanto no currículo escolar, como na sociedade como um todo. A escola forma cidadãos, que irão compor a comunidade. Para uma educação antirracista, também é importante a capacitação e formação continuada dos professores para um melhor desenvolvimento de projetos nas escolas.

Questionadas sobre como a escola pode contribuir para consolidar essas questões no ambiente escolar como um todo, a E1 destaca que, por ser um espaço sociocultural, a escola precisa inserir no seu cotidiano discussões e reflexões de como se dá o respeito às diferenças, trazendo à tona os tensionamentos que permeiam esse debate, perceber o lugar que os negros e indígenas ocupam nesse espaço.

A criança não nasce racista; ela aprende a ser a partir da qualidade das relações que a ela são apresentadas. Os estereótipos, a invisibilidade, o branqueamento e a violência estética devem estar em permanente vigília, para que possamos romper com a dinâmica de uma sociedade formada a partir de comportamentos universais definidos por sujeitos brancos, europeus e que, historicamente, sempre enxergaram no “outro” um ser inferior, criando uma hierarquização racial, onde o branco desenvolveu uma concepção de valorização de si, desvalorizando o outro num processo de construção e afirmação de privilégios.

A E2 diz que a contribuição do ambiente escolar para a temática se dá por meio de ações contínuas e seguidas de conscientização e transformando o tema num assunto natural e não numa diferença. Já a E3 diz que a escola contribui para a temática garantindo a execução dessas ações e projetos através de combinações e implementação nos documentos orientadores, reguladores e normativos da escola como o PPP e o Regimento Escolar.

Por fim, podemos verificar que todas concordam que a escola tem uma contribuição importante para a consolidação da EREER. A escola é vista como um reflexo da sociedade e a abordagem do assunto dentro desse espaço traz a reflexão dos professores e alunos sobre a importância da pluralidade cultural e racial presente nela. Portanto, desde o PPP da instituição de ensino até o cotidiano da escola a Educação das Relações Étnicas Raciais deve estar presente, envolvendo a formação continuada dos professores, planejamento de estratégias da Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação. Como exposto durante a pesquisa por uma entrevistada, o silenciamento diante de uma questão tão

importante para o Povo Negro da comunidade escolar é também uma forma racista de educação

6 CONCLUSÃO

Este trabalho investigou a existência das ações afirmativas para crianças negras do Ensino Fundamental – Anos iniciais no município de Capão da Canoa, assim como o reconhecimento da importância das políticas públicas para a sociedade, estimulando a equidade e a educação antirracista.

No início da pesquisa, os questionamentos eram diversos, já que não tinha conhecimento sobre as ações municipais que promovem a identidade do Povo Negro. Conforme a pesquisa foi sendo desenvolvida, surgiram descobertas importantes e pertinentes para este trabalho. Edificou meu conhecimento sobre a importância que as políticas públicas para a garantia de direitos para o bem viver.

Identificamos, pela pesquisa, pelas vozes das interlocutoras, que não há, até o momento da realização da pesquisa, políticas públicas municipais afirmativas para as crianças negras nos Anos Iniciais do E.F em Capão da Canoa – RS, porém, constatou-se que existe a perspectiva de construção de um caminho por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME), para que, futuramente, seja possibilitado o desenvolvimento de ações efetivas desde cedo na vida social das crianças negras, combatendo o racismo e desenvolvendo a autonomia, o pertencimento racial e a identidade.

É notório que há valorização da discussão da EREER por profissionais e pessoas que fazem parte da comunidade escolar, fazendo o possível (enfrentando diversos desafios) para que a desigualdade racial, tão presente na sociedade, seja combatida. Através de seminários, teatros, comemorações e feiras no dia 20 de Novembro (Dia da Consciência Negra), as ações afirmativas vêm sendo vagarosamente desenhada para a rede municipal de ensino.

Ao concluir esse trabalho, posso fazer uma reflexão de que, mesmo que saibamos que a luta é diária, é importante valorizar as lutas das pessoas que vieram para as batalhas antes da gente, para que hoje possamos caminhar com menos obstáculos, sabendo que esse caminho é longo. O processo de afirmação e de pertencimento da identidade negra das crianças no espaço escolar é desafiador, por isso é necessário continuar a caminhada na defesa de uma educação antirracista.

Através dessa pesquisa, entendi a importância de a comunidade escolar conhecer as causas raciais e as realizações de projetos de inclusão racial. Compreendi que fazem parte da construção da consciência da igualdade racial,

entretanto, ainda são necessárias ações afirmativas voltadas para as crianças dos Anos Iniciais, ou seja, são fundamentais políticas que afirmam o direito e o reconhecimento das crianças negras para a contribuição da educação brasileira, nas perspectivas curriculares, culturais e sociais, amparando o município de Capão da Canoa a progredir com igualdade e equidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cynthia Cristina de Souza. O racismo nas escolas e o combate com ações pedagógicas. **Educação e afro descendentes**. 18 p. Guarabira: UEPB, 2012.

BRASIL. IDEB. Disponível em: <https://gedu.org.br/municipio/4304630-capao-da-canoa/censo-escolar> . Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL, Lei nº 12.288, Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 de jul. 2010.

BRASIL, Lei nº 12.711, Cotas no Ensino Superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 de ago. 2012.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BOUCINHA, Camila Oliveira Alves. **O “LÁPIS COR-DE-PELE”**: a construção de identidades raciais nas práticas escolares. 2014, Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: Professora Doutora Gladis Elise Pereira da Silva Kaercher, Porto Alegre, 2014.

CANDAU, Vera Maria. **Didática crítica intercultural: aproximações**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CAPÃO DA CANOA. **Parecer CME 007/2013** - O parecer nº 07/13 complementa o parecer nº09/2006 sobre a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira, dos Povos Indígenas no sistema Municipal de Ensino". Rio Grande do Sul, 2013.

CAPÃO DA CANOA. **Parecer CME 009/2006** - Orienta sobre a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no Sistema Municipal de Ensino, Rio Grande do Sul, 2006.

CAPÃO DA CANOA. **Lei Orgânica Municipal**, Rio Grande do Sul, 03 de abr. 1990.

CAPÃO DA CANOA, **Lei nº 3.121**, Plano Municipal de Educação através do Conselho Municipal de Educação, Rio Grande do Sul, 2015.

FERES JÚNIOR, J. et. al. **História da ação afirmativa no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, p. 65-89. Sociedade e política collection.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. Porto Alegre. RBPAAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele. (org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: SECAD, 2005. p. 143 - 154

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/capao-da-canoa/pesquisa/38/47001?tipo=grafico&indicador=47001> . Acesso em: 15 jan. 2023.

MACHADO, Lucia Helena de Assis. **Professores negros, experiência de discriminação, de racismo e pedagogias anti-racistas**. São Carlos. UFSCar, 2010. 201 f.

OLIVEIRA CUSTÓDIO, C. **Racismo à brasileira e possíveis contribuições do pensamento de Paulo Freire para uma educação antirracista**. Educação & Linguagem , v. 23 , n. 2, p. 23-46, jul.-dez. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA. Disponível em: <https://www.capaodacanoa.rs.gov.br/site/home/pagina/id/63/?Dados-do-Municipio.html>. Acesso em: 15 jan. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. Companhia de Letras. São Paulo, 2009.

SANTOS, Regina Celi dos. **Contribuições para superar o racismo na escola: valorização pelo re-conhecimento da importância da identidade, história e cultura afro-brasileira**. Brasília – DF, 2015 81 p. (Monografia de Especialista Em Educação e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural) Universidade de Brasília (UnB). ISSN Impresso:1415-9902 • ISSN Eletrônico: 2176-1043.

SCHRAM, Sandra Cristina; CARVALHO, Marco Antonio Batista. **O pensar educação em Paulo Freire: Para uma Pedagogia de mudanças**. 2007.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleitor-eleitorado-mensal/home?session=117100227289738>. Acesso em: 15 jan. 2023.

**APÊNDICE A – QUADRO COM OS TRABALHOS ENCONTRADOS NO
REPOSITÓRIO LUME-UFRGS**

Título do trabalho	Orientador (a)	Resumo
Percursos da educação das relações étnico-raciais em uma turma dos anos iniciais	Professora Doutora Caroline Pacievitch	Este Trabalho de Conclusão de Curso trata de uma pesquisa sobre práticas realizadas ao longo do estágio curricular obrigatório do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em uma turma do terceiro ano do Ensino Fundamental, em uma instituição pública federal de Porto Alegre/RS. Seu propósito é contribuir na reflexão sobre a necessidade de se desenvolver um trabalho pedagógico voltado à educação antirracista na Educação Básica e para a efetivação da Lei nº 10.639/03, assim como, contribuir para que professores (as) negros (as) e brancos (as) possam pensar em propostas a partir do princípio de trabalho pedagógico com a educação das relações étnico-raciais. Tendo em vista que, a maioria dos (as) professores (as) em Universidades e na instituição em que realizei o estágio são brancos, este trabalho contribui para que os mesmos questionem quais as práticas estão sendo adotadas por eles para que a Lei 10.639/03 seja efetivada em sala de aula. A questão central do estudo foi definida como: “Como foram os percursos da educação das relações étnico-raciais durante a prática docente num terceiro ano do Ensino Fundamental?”, com os principais objetivos centrados em observar e refletir sobre o processo de integração social de alunos negros na sala de aula, assim como a percepção de alunos negros e não-negros sobre as relações étnico-raciais e refletir sobre a desconstrução do mito da democracia racial e os processos de aprendizagem a partir da educação das relações étnico-raciais. Os principais referenciais para realizar as análises sobre minha prática pedagógica foram Nilma Lino Gomes ao ressaltar a importância do cabelo como símbolo identitário, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva com o conceito de “africanidades” e Wilma de Nazaré Baía Coelho e Mauro Cezar Coelho questionando a falta de atividades que incluam as africanidades no cotidiano escolar. A metodologia desta pesquisa se deu por uma abordagem qualitativa e documental. Concluo que ajudar na construção de uma educação antirracista contribui para que tenhamos uma sociedade consciente e igualitária,

		possibilitando a escola e aos sujeitos uma pedagogia do respeito, da autonomia, da inclusão e da emancipação.
O “lápis cor-de-pele”: a construção de identidades raciais nas práticas escolares	Professora Doutora Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher	No presente Trabalho de Conclusão de Curso tenho como objetivo analisar o processo pelo qual as crianças constroem o conceito de identidade racial partindo da perspectiva dos Estudos Culturais em Educação. Para tanto, discuto como as relações raciais são vivenciadas na escola e como elas se articulam com as identidades culturais produzidas na sociedade globalizada. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, utilizando-se a técnica de grupo focal para a produção de dados para análise. Desse modo, foram selecionados 08 alunos do 1º ano do Ensino Fundamental de uma Escola Estadual da cidade de Porto Alegre e foram elaboradas duas oficinas de trabalho para que se tornasse possível a sensibilização dos participantes acerca da temática, e uma apreciação de suas produções orais e gráficas. A primeira oficina consistiu em uma contação de história e posterior produção gráfica com proposta definida e a segunda tratou-se da produção de um autorretrato e posterior momento de discussão em grupo. As análises apontam que a identidade racial das crianças se constrói através das práticas escolares e não-escolares e que, em ambas, o papel das representações culturais, em especial da mídia impressa e dos livros literários, é destacado, contribuindo para a construção da inferiorização do negro e dos mestiços.
“OLHA PROFE, EU PAREÇO COM ELA!”: As Implicações da EREER na Construção de Identidade Racial	Professora Doutora Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher	A presente pesquisa consiste em um trabalho de conclusão do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O trabalho, de aspecto reflexivo e analítico, desenvolve-se a partir dos Estudos culturais de perspectiva pós-estruturalista. Tem foco no Ensino Para Relações Étnico-Raciais (ERER) e nas implicações dessa educação para os sujeitos alunos. Para tanto, a pesquisa compreende abordagem qualitativa. Desenvolve-se em torno de um estudo de caso que se potencializou através de análise documental e observação participante, durante o período de estágio obrigatório curricular do curso. Tendo como principal questionamento “como o planejamento/currículo pode contribuir para a construção de identidade racial?”, objetivou-se ao longo do presente trabalho, atentar para as visibilidades conferidas as questões étnico-raciais, e

		<p>também investigar de que forma os/as alunos/alunas negros/negras se viam (se de fato ocorriam essas visibilidades). Inicialmente, são feitas algumas análises sobre o currículo escolar e, posteriormente sobre a docência. Fundamentada nos conceitos de currículo, identidade e educação para relações étnico-raciais propostos por Tomaz Tadeu da Silva (2001), Jurjo Torres Santomé (1995) e Nilma Lino Gomes, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2002). O estudo indica que na escola em questão há falta de pertencimento racial e até mesmo resistência dos/das alunos/alunas negros/negras em reconhecerem-se como tais. Entretanto, a equipe diretiva mostrara-se empenhada em modificar esta realidade. As análises apontam ainda a importância existente na ação pedagógica capaz de modificar positivamente a vida das crianças e adolescentes.</p>
--	--	---

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

1. Qual sua formação, área de atuação, tempo de atuação?
2. Que espaços de discussão, formação para as escolas de Rede Pública do Município de Capão da Canoa existem para discutir as políticas de ações afirmativas e de Educação de relações étnico-raciais (ERER)?
3. Quais os materiais e recursos disponíveis para as escolas da Rede Pública do Município de Capão da Canoa trabalharem sobre a temática de ERER?
4. Quem são os responsáveis no CME, na SME e nas Escolas para organizar a temática de ERER?
5. Como você entende que a temática de ERER pode ser trabalhada no ambiente escolar?
6. Como você avalia a possibilidade de implementação de políticas de ações afirmativas da educação das Relações Étnico Raciais nos anos iniciais do Ensino Fundamental?
7. Quais os desafios e possibilidades para o tratamento destas questões (ações afirmativas e ERER) no ambiente escolar?
8. Como a escola pode contribuir para consolidar essas questões no ambiente escolar como um todo?
9. Você gostaria de fazer algum comentário para além das questões aqui apresentadas.

APÊNDICE C – RESPOSTAS DAS INTERLOCUTORAS

E1 – Secretaria Municipal de Educação	
Pergunta 1	<p>Graduada em Pedagogia pela UFSM, especialista em Administração e Supervisão Escolar, atualmente cursando Pós graduação em Educação Básica e Profissional no IFRS- Campus Osório e Mestrado Profissional em Educação na UERGS- Campus Osório.</p> <p>Supervisora no Município de Capão da Canoa desde 2004 que somado ao tempo no Município de Tramandaí totaliza 23 anos de atuação. Atualmente como Supervisora dos anos iniciais na SME de Capão da Canoa.</p>
Pergunta 2	<p>Infelizmente, a escola por ela mesma, não abre espaços para novas concepções. Ainda expressa e reproduz comportamentos racistas e excludentes, na medida em que se furta do debate sobre as tensões pertencas as relações étnico raciais, se revelando uma instituição que responde ao que parte da sociedade espera dela. Diante deste contexto o setor pedagógico da SME, é peça fundamental no processo de desconstrução dessa realidade, visto que a ele cabe proporcionar e apresentar possibilidades e espaços para que isso se efetive na sala de aula. Para que o currículo deixe de se pautar em ações isoladas buscando práticas comprometidas com um ensino que seja capaz de romper com práticas discriminatórias.</p> <p>Isso por meio de formações, discussões e projetos que reverberem na escola.</p>
Pergunta 3	<p>A temática da EREER é bastante recente e traz a necessidade de pensar o fazer pedagógico a partir da relação do professor com sua proposta, sua turma e estratégias de pertença ao tema. Com a implementação da Lei 10639/2003 houveram alguns avanços muito lentos, mas já se existem livros infantis que abordem o tema nas bibliotecas escolares, alguns brinquedos e artefatos pertencas a cultura afro brasileira e indígena.</p>
Pergunta 4	<p>Ainda não dispomos de um setor ou comissão responsável por essas ações, hoje sou a responsável por orientar, coordenar e controlar a EREER no município, mas pretende-se formar uma</p>

Pergunta 5	<p>comissão de monitoramento para 2023.</p> <p>Entendo que por diversas formas desde que o professor tenha disposição e conhecimento para isso, mas considerando que a identidade da criança passa pelas referências que lhe são apresentadas, nessa perspectiva considero o livro e as histórias infantis uma das principais fontes para a construção da identidade. As histórias podem ser apresentadas de forma oral ou por meio de leitura feita pela própria criança, daí a importância da qualidade dessa literatura com propósito de proporcionar discussões sobre a questão racial, constituindo-se um forte artefato pedagógico para a construção da identidade da criança negra, levando-a a compreender o espaço onde vive contribuindo para sua formação como sujeito.</p>
Pergunta 6	<p>O racismo é tema muito discutido atualmente nos mais diversos espaços, mas no ambiente escolar esse debate se revela ainda superficial e, muitas vezes, de forma estereotipada. Diante das narrativas das professoras e das análises no acervo literário de bibliotecas escolares, é possível identificar que mesmo com a contribuição que lei 10639/2003 trouxe, existe a necessidade de novos modos de articulação sobre as relações étnicas raciais e das representações sobre o negro e sua identidade, de forma a desafiar a escola a encarar a temática pedagogicamente, conectando-se com as relações raciais que fazem parte da construção histórica brasileira.</p>
Pergunta 7	<p>-Provocar reflexões acerca do lugar que a criança negra pode ocupar na sociedade, isso é, existir com outras possibilidades, sem ser essas ligadas a marginalização, pobreza e violência;</p> <p>-Trazer narrativas positivas a respeito da produção intelectual negra para a desconstrução do racismo na escola, reiterando a importância de criar condições para o desenvolvimento do povo negro, seu legado, sua cultura, identidade e diversidade;</p> <p>-Olhar as alunas(os) negras (os) para além da sua pertença racial, para outros elementos identitários e outras intersecções e a partir disso pensar</p>

	<p>um processo educativo que dê conta da vida dessas meninas, ensinando outros valores civilizatórios;</p> <p>-Compreender os jovens a partir deles mesmos, sem vinculações a outros modos de estar no mundo.</p>
Pergunta 8	<p>Por ser um espaço sociocultural, a escola precisa inserir no seu cotidiano discussões e reflexões de como se dá o respeito as diferenças, trazendo à tona os tensionamentos que permeiam esse debate, perceber o lugar que os negros e indígenas ocupam nesse espaço. A criança não nasce racista, ela aprende a ser a partir da qualidade das relações que a ela são apresentadas. Os estereótipos, a invisibilidade, o branqueamento e a violência estética devem estar em permanente vigília, para que possamos romper com a dinâmica de uma sociedade formada a partir de comportamentos universais definidos por sujeitos brancos, europeus e que historicamente, sempre enxergaram no “outro” um ser inferior, criando uma hierarquização racial, onde o branco desenvolveu uma concepção de valorização de si, desvalorizando o outro num processo de construção de privilégios.</p>
Página 9	<p>Como já referi nas questões acima acredito que existem muitas possibilidades de inserir a temática no ambiente escolar, mas aposto é na potência da literatura infantil. É com os pequenos que podemos inaugurar novos tempos. Tempos de respeito as diferenças, de construções capazes de compreender essas relações de preconceito, de movimentos fundamentais para a construção da identidade da criança negra e esse processo inicia pela relação dessa criança com seu corpo e o olhar sobre esse corpo na escola.</p> <p>Durante décadas tivemos livros infantis com histórias voltadas para um processo de branqueamento na intenção de naturalizar a “inferioridade do sujeito negro”, apesar de todo esse movimento, durante o percurso houveram avanços no sentido da inclusão de tema étnico racial com propósito de desenvolver mecanismos contra a reprodução de ideias e comportamentos preconceituosos, embora ainda exista muito material que reforça o racismo. Nessa perspectiva, precisamos buscar uma</p>

	<p>educação antirracista, revendo práticas, dando subsídios aos professores de modo a colocá-los em contato com novos processos educativos, incluindo as produções de autores negros, e proporcionando o convívio com histórias onde personagens negros falam de suas vivências, contribuições sociais e culturais. Dessa forma, provocando uma atitude que tencione as representações racistas ainda presentes em muitas das histórias que trazemos para nossas crianças e na sociedade. O caminho é longo e árduo, mas a semente precisa continuar.</p>
E2 – Conselho Municipal de Educação	
Pergunta 1	<p>Bel em Turismo + Formação Pedagógica = Professora de Turismo – 10 anos Presidente do Conselho Municipal de Educação</p>
Pergunta 2	<p>A Secretaria de Educação proporciona capacitação anual com o Seminário Multicultural, porém não há um espaço formado ou algo constituído para discussão de políticas étnico raciais. Os professores trabalham dentro de suas temáticas a abordagem porém nem sempre esta pode ser considerada adequada.</p>
Pergunta 3	<p>A temática deve ser discutida. Os materiais são ofertados na capacitação porém cada professor procura o material mais adequado a sua realidade.</p>
Pergunta 4	<p>Na SME coordenadoras do Ensino Fundamental – Supervisão geral. O CME possui comissões que analisam as questões vinculadas as etapas da educação, porém não há um responsável pelo assunto. Os Pareceres</p> <p>n°009/2006 e 007/2013 versam sobre a obrigatoriedade da temática sobre Cultura Afro Brasileira no Sistema Municipal de Educação.</p>
Pergunta 5	<p>De forma a integrar e não excluir.</p>
Pergunta 6	<p>A temática já é trabalhada pelos professores.</p>
Pergunta 7	<p>O desafio maior é conseguir trabalhar de forma a incluir a temática no dia a dia, em não em ações separadas e pontuais. O tema deve ser trabalhado de forma a integrar e mostrar as diferenças de forma natural. O professor deve ter capacitações contínuas sobre como trabalhar o tema.</p>

Pergunta 8	Como já falado, com ações contínuas e seguidas de conscientização e transformando o assunto natural e não uma diferença.
Pergunta 9	O tema proposto é interessante, porém ainda é difícil, pois os professores não “compreendem” ainda como trabalhar certos assuntos sem excluir. Os temas transversais são obrigatórios porém a grande maioria trabalhado em datas específicas, não há uma continuidade.
E3 – Professora da rede municipal	
Pergunta 1	Técnica em Informática – Instituto Estadual Riachuelo, presencial; Técnica em Administração – IFRS Campus Osório, presencial; Graduação de Licenciatura em Matemática em andamento, presencial. Servidora pública da rede municipal, atuando como auxiliar de educação especial há 4 anos, mas em cargos distintos na área da educação há 7 anos.
Pergunta 2	Desde que adentrei no município em 2018, apenas nos últimos 2 anos presenciei 2 formações específicas para o debate da EREER que foram realizadas a partir de uma parceria com o SESC intitulado como Diálogos Multiculturais. Anterior a isto, a mantenedora geralmente na pessoa da supervisora escolar trazia tal demanda/exigência do cumprimento das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nos planejamentos, o que ocorria (e ainda ocorre) de modo isolado nos meses de abril e novembro. Há entre alguns colegas docentes e demais profissionais da educação combinados de atividades paralelas ou projetos conforme suas áreas de interesse e afinidade, mas sem necessariamente um incentivo para tal.
Pergunta 3	A biblioteca da escola em que trabalho recebeu há algum tempo materiais para abordar a cultura e história indígena nos planejamentos e quanto a cultura afro-brasileira existem algumas obras literárias pontuais no acervo, mais direcionada aos anos iniciais (até 5º ano do ensino fundamental).
Pergunta 4	Quanto ao CME e a SME, desconheço tal informação, nas escolas geralmente são os profissionais da supervisão de ensino escolar.

Pergunta 5	<p>Acredito que existem vários fatores que influenciam neste trabalho, para que o mesmo possa ser realizado de forma efetiva, sendo assim, um primeiro passo e julgo ser o mais relevante é um entendimento da importância desta temática para além do cumprimento de uma legislação, devendo partir das instâncias superiores hierárquicas até a camada dos profissionais docentes e ademais que auxiliam no trabalho pedagógico e isso se dá com atitudes mais simples como oportunizar e valorizar momentos e espaços adequados para debate e diálogo de propostas que considerem estas e outras temáticas. A longo prazo, através desses espaços podem surgir propostas de atividades e projetos, alusivos as datas comemorativas, momentos culturais, considerando as competências da BNCC e conscientização acerca de valores éticos e morais inerentes a formação crítica cidadã. A partir desses momentos, avalia-se o que deu certo, o que pode ser melhorado e realiza-se a previsão dos mesmos no PPP da escola, fazendo com que tais valores façam parte da identidade docente da instituição e por consequência, da proposta pedagógica.</p>
Pergunta 6	<p>Não tenho certeza se compreendi o questionamento, mas acredito ser válida a implementação de ações afirmativas para que haja o acesso e permanência desses grupos tidos como minoritários e marginalizados seja por recortes de raça, classe, gênero e suas interseccionalidades, para que numa perspectiva de equidade, todos e todas tenham realmente as mesmas condições de acesso e permanência a direitos humanos mais básicos, como é o caso da educação</p>
Pergunta 7	<p>Se tratando de possibilidades, acredito que um ambiente mais plural aproxime mais os alunos e a comunidade da escola, quando todos os sujeitos, assim como a sua história e cultura são reconhecidos de forma igualitária. Quanto aos desafios, vejo como por consequência da ausência desses sujeitos nos espaços e fim de haver um ambiente plural, onde se haja uma identificação com a necessidade da abordagem de tais questões no ambiente escolar, valorizando e dando visibilidade aos sujeitos.</p>

Pergunta 8	A escola contribui garantindo a execução dessas ações e projetos através de combinações e implementação nos documentos norteadores da escola como PPP e Regimento Escolar.
Pergunta 9	Única ressalva que tenho é que talvez para evitar confusão, poderia ter sido esclarecido numa observação a definição de “ações afirmativas”, mas fora isso, nada mais a acrescentar, só ressaltar a importância de evidenciar estudos como este para a nossa região. Obrigada!